



REQUERIMENTO Nº ____ DE 2026
(Do Sr. SIDNEY LEITE)

Requer a criação de Subcomissão Especial, no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação, destinada a acompanhar, fiscalizar e avaliar os desdobramentos da liquidação extrajudicial do Banco Master S.A., seus impactos no sistema financeiro e na proteção de investidores e propor medidas que reforcem a segurança, a transparência, a governança e a supervisão prudencial no sistema financeiro nacional.

Sr. Presidente,

Nos termos do artigo 29, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário, seja aprovado o presente requerimento para criação de Subcomissão Especial destinada a **acompanhar, fiscalizar e avaliar os desdobramentos da liquidação extrajudicial do Banco Master S.A., Master Banco de Investimento, Master Corretora de Câmbio, Master Cartões e Meios de Pagamento, Will Bank, CBSF DVTM, Banco Pleno, Pleno DTVM, bem como compreender seus impactos econômicos, fiscais, regulatórios e sociais, bem como com a finalidade de propor medidas legislativas e regulatórias que reforcem a segurança, a transparência, a governança e a supervisão prudencial no sistema financeiro nacional.**

JUSTIFICATIVA

A criação da presente Subcomissão Especial justifica-se diante da gravidade e da relevância sistêmica da crise envolvendo o Banco Master, cuja liquidação extrajudicial foi decretada pelo Banco Central em novembro de 2025, em razão de grave crise de liquidez e indícios de irregularidades na condução de suas operações.

O episódio foi acompanhado de investigação da Polícia Federal, **que apura a existência de esquema fraudulenta, com prejuízo de R\$ 56 bilhões, além de fragilidade institucionais quanto aos mecanismos de controle e fiscalização do sistema financeiro.**





Os impactos ultrapassam o setor financeiro e atingem diretamente a esfera previdenciária e social. Registram-se:

- Exposição de 18 fundos de pensão (Regimes Próprios de Previdência Social) que aplicaram R\$ 1,86 bilhão em letras financeiras do Banco Master, investimentos sem cobertura do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), colocando em risco as aposentadorias de centenas de milhares de servidores públicos municipais e estaduais;
- Acumulação de déficit de R\$ 1,6 bilhão em oito fundos previdenciários, com impactos diretos na capacidade de pagamento de benefícios;
- Descontos indevidos em benefícios de aproximadamente 250 mil aposentados e pensionistas por meio de contratos de empréstimo consignado fraudulentos, com suspensão de cerca de R\$ 2 bilhões em repasses pelo INSS;
- Prejuízos a empresas públicas, como a Cedae (RJ), com perdas de R\$ 220 milhões;
- Desmobilização de R\$ 57,4 bilhões das reservas do Fundo Garantidor de Créditos para cobrir a crise, comprometendo sua liquidez e capacidade de resposta a novos eventos sistêmicos.

Adicionalmente, é imprescindível assegurar transparência integral sobre os fatos, decisões e responsabilidades envolvidas, considerando que a situação mobiliza os mais diversos atores do sistema financeiro e da administração pública, incluindo instituições financeiras, órgãos reguladores, entidades previdenciárias, investidores institucionais, pessoas físicas prejudicadas e órgãos de controle. A adequada elucidação desses elementos é fundamental para: **(i)** restaurar a confiança no ambiente regulatório e na gestão de recursos públicos; **(ii)** investigar os envolvidos em irregularidades; e **(iii)** implementar reforma regulatória que previna episódios similares.

A criação desta Subcomissão se mostra, portanto, absolutamente necessária, tempestiva e de interesse público imediato. Entre suas competências estão:

- Acompanhar os desdobramentos da liquidação extrajudicial do Banco Master e de suas entidades associadas;
- Fiscalizar a atuação do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e demais órgãos reguladores quanto à supervisão, identificação e prevenção de irregularidades;
- Analisar a adequação das normas que regem investimentos de entidades públicas em ativos financeiros, especialmente letras financeiras e investimentos sem cobertura do FGC;
- Promover audiências públicas com autoridades do Banco Central, órgãos supervisores, especialistas, representantes do setor financeiro, gestores de fundos previdenciários e órgãos de controle (MP, TCU, TCEs);





Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Sidney Leite – PSD/AM

- Propor medidas legislativas e regulatórias que reforcem a segurança, a transparência, a governança e a supervisão prudencial no sistema financeiro nacional.

Diante da relevância do tema, a criação da Subcomissão exercerá de forma mais efetiva seu papel constitucional de fiscalização e controle, contribuindo para o fortalecimento das instituições e para a proteção do interesse público.

Sala das Sessões, em de de 2026.

Deputado SIDNEY LEITE

PSD/AM

Apresentação: 07/05/2026 14:54:55.210 - CFT

REQ n.29/2026



* C D 2 6 7 1 0 1 3 9 2 3 0 0 *